

A Filosofia da Liberdade

Rudolf Steiner

Tradução: Anônima



Capítulo I - A Ciência da Liberdade

1 - A ação consciente

É o homem livre em ação e pensamento, ou ele está vinculado a uma necessidade natural inflexível? Há poucas questões sobre as quais tanta atenção tem sido dispendida. A idéia da liberdade humana encontrou partidários entusiastas e adversários persistentes em abundância. Há aqueles que, no seu fervor moral, rotular como um homem de inteligência limitada, quem negar um fato tão óbvio como a liberdade. Contraopondo-se a eles há outros que consideram como o apogeu da falta de pensamento científico alguém acreditar que a uniformidade da lei da natureza é quebrada na esfera da ação humana e do pensamento. A mesma coisa é assim proclamada, tanto como o bem mais precioso da humanidade, como a sua ilusão mais fatal. Infinita sutileza tem sido empregada para explicar como a liberdade humana pode ser compatível com o determinismo na natureza da qual o homem, afinal, é uma parte. No entanto, não foi menor o esforço para tentar explicar como uma idéia tão infundada como a da liberdade pôde surgir. Estamos lidando aqui com uma das questões mais importantes para a vida, da religião, da conduta, da ciência. Isto serve para cada um, cujo traço de caráter mais proeminente é a seriedade. Ele é um dos tristes sinais da superficialidade do pensamento atual, que um livro que tenta desenvolver uma nova fé a partir dos resultados de pesquisas científicas recentes (David Friedrich Strauss: A velha e a nova fé), não tem nada mais para dizer sobre esta questão do que as seguintes palavras:

"Não entra em questão aqui a liberdade do ser humano. A suposta liberdade de escolha tem sido reconhecida como uma ilusão vazia por toda filosofia digna desse nome. A determinação do valor moral da conduta humana e do caráter permanece intocado por este problema."

Não é porque considero que o livro tem qualquer importância especial que cito esta passagem, mas porque parece-me expressar o pensamento da maioria dos nossos contemporâneos referente ao assunto em questão. Todo aquele que tem superado os níveis elementares na ciência parece saber hoje em dia que a liberdade não pode consistir na livre escolha de dois possíveis cursos de ação. Há sempre uma razão perfeitamente definida para que, a partir de várias ações possíveis, realizemos justamente uma e não a outras.

Isso parece bastante óbvio. No entanto, os principais ataques dos adversários da liberdade são dirigidos apenas contra a liberdade de escolha. Mesmo Herbert Spencer, cujas doutrinas estão ganhando terreno diariamente, diz que:

"A liberdade de desejar ou não desejar, que é a proposta real envolvido no dogma do livre arbítrio, é negada tanto pela análise de consciência, como por o conteúdo dos capítulos anteriores " - (Os Princípios da Psicologia , Parte IV , cap. ix , par. 219)

Outros, também, partem do mesmo ponto de vista para combater o conceito de livre-arbítrio. Os germes de todos os argumentos relevantes já se encontram em Spinoza. Tudo o que ele trouxe em uma linguagem clara e simples contra a idéia de liberdade já foi repetido várias vezes, mas como regra, envolto em argumentos mais sofisticados e complicados, de modo que dificultam amiúde a compreensão do raciocínio simples e afinal importante. Spinoza escreve em uma carta de outubro ou novembro de 1674:

"Eu chamo de livre a coisa que existe e atua a partir da pura necessidade de sua natureza, e eu chamo de não-livre, da qual o ser e agir são precisamente e fixamente

determinado por outra coisa. Assim, por exemplo, Deus, apesar de necessário, é livre porque ele só existe pela necessidade de sua própria natureza. Da mesma forma, Deus conhece a si mesmo e tudo o mais como livre, porque segue apenas a partir da necessidade de sua natureza que ele sabe tudo. Você vê, portanto, que para mim a liberdade não consiste na escolha arbitrária e sem ordem, mas na capacidade de ter a causa ordenadora em si mesmo.

Mas vamos descer para as coisas criadas que são determinadas por causas externas de existir e de agir de maneira fixa e definitiva. Para perceber isso mais claramente, vamos imaginar um caso muito simples. Uma pedra, por exemplo, recebe a partir de uma causa externa atuando em cima dele uma certa quantidade de movimento, em virtude da qual se continua a mover-se, necessariamente, mesmo após que o impacto da causa externa cessou. O movimento continuado da pedra é determinado e não livre, não para a necessidade da sua própria natureza, porque tem a sua origem no impacto externo. O que é verdade aqui para a pedra também é verdade para qualquer outra coisa particular, qualquer que seja a sua complexidade e utilidade, ou seja, tudo é necessariamente determinado por causas externas a existir e agir de uma forma fixa e definida.

Agora, imaginemos, assumir que esta pedra durante seu movimento pensa e sabe que está se esforçando para continuar em movimento. Que está consciente de seu esforço e não indiferente ao seu movimento, vai acreditar que é totalmente livre, e que continua em movimento por nenhuma outra razão que não a sua própria vontade de continuar. Agora isso é que a liberdade humana que todo mundo alega possuir e que consiste em nada mais do que isso: que os homens são conscientes de seus desejos, mas ignorantes das causas pelas quais eles são determinados. Assim, a criança acredita que ele deseja o leite de sua própria vontade, como o garoto com raiva deseja vingança, e como o covarde deseja fuga. Também, o homem embriagado acredita que ele diz a respeito de sua própria vontade o que, sóbrio de novo, de bom grado teria deixado de dizer, e como esse preconceito é inata a todos os homens, é difícil livrar-se dele. Pois, embora a experiência nos ensina muitas vezes que o homem tem dificuldade de moderar os seus desejos, e que, movido por paixões conflitantes, ele percebe o melhor e persegue o pior, mas ele se considera livre porque há algumas coisas que ele deseja menos fortemente, e alguns desejos que ele pode facilmente inibir através da lembrança de algo.

É fácil de detectar o erro fundamental deste ponto de vista, porque é tão claro e definitivamente expresso. A mesma necessidade de que uma pedra faz um movimento definido como o resultado de um impacto, também teria o homem a realizar certa ação quando impelido por qualquer causa. É só porque o homem é consciente de sua ação, que ele pensa ser seu criador. Ao fazer isso, ele ignora o fato de que ele é impulsionado por uma causa à qual deve obedecer incondicionalmente. O erro nesta linha de pensamento é facilmente trazido à luz. Spinoza, e todos os que pensam como ele, ignoram o fato de que o homem não só é consciente de sua ação, mas também pode tornar-se consciente da causa que lhe orienta. Qualquer um pode ver que a criança não é livre quando ela deseja leite, nem o homem bêbado quando ele diz as coisas que ele mais tarde se arrepende. Não sabem coisa alguma sobre as causas trabalhando profundamente dentro de seus organismos, que exercem controle irresistível sobre eles. Mas é justificável amontoar ações deste tipo com aquelas em que um homem é consciente não só de suas ações, mas também das causas que o movem? Seriam as ações dos homens realmente todas do mesmo gênero? O ato de um soldado no campo de batalha, do pesquisador científico em seu laboratório, do estadista nas negociações diplomáticas mais complicadas, deveriam ser colocados no mesmo nível com o do filho quando ele deseja leite? É, sem dúvida, verdade que o melhor é procurar a solução de um problema onde as condições são mais simples.

Mas a falta de capacidade de ver distinções tem causado uma confusão sem fim. Não existe, afinal, uma profunda diferença entre saber o motivo de minha ação e não o saber. À primeira vista, isso parece uma verdade óbvia. E ainda os adversários da liberdade nunca se perguntam se um motivo de ação que eu reconhecer e entender, deve ser considerado obrigatório para mim no mesmo sentido que o processo orgânico que faz com que a criança a chorar por leite.

Edouard van Hartmann, em sua 'Fenomenologia da consciência moral' (p. 451) afirma que a vontade humana depende de dois fatores principais, os motivos e do caráter. Se alguém considera os homens todos iguais, ou pelo menos as diferenças entre eles como desprezível, então a sua vontade aparece como determinada a partir de fora. Pelas circunstâncias com as quais entram em contato. Mas se tivermos em mente que os homens adotam uma idéia como o motivo de sua conduta, se somente seu caráter é o que desperta o desejo em si, então os homens aparecem determinados a partir de dentro e não de fora. O homem acredita, assim, ser livre, isto é, independente de causas motoras externas, porque uma representação, imposta por fatores externos, precisa primeiro ser transformada, conforme o caráter da pessoa, em causa motora de ação. A verdade, porém, de acordo com Edouard von Hartmann, é que:

"Mesmo que seja preciso primeiro adotar uma idéia como um motivo, nós não atuamos arbitrariamente, mas de acordo com a disposição de nossas individualidades, ou seja, que são tudo, menos livre."

Aqui, novamente, a diferença entre os motivos, que eu permito que me influenciem só depois de eu ter consciência, e aquelas que eu sigo, sem qualquer conhecimento claro deles, é absolutamente ignorada.

Isso nos leva direto para o ponto de vista a partir do qual o assunto será tratado aqui. Temos nós o direito de se considerar a questão da liberdade da vontade, por si só, afinal? E se não, com que outra questão deve necessariamente ser ligada?

Se houver uma diferença entre os motivos conscientes e inconscientes da ação, a ação consciente deve ser julgada de forma diferente da ação que brota do impulso cego. Nossa primeira pergunta dirá respeito dessa diferença, e sobre o resultado deste inquérito vai depender a atitude devemos tomar em direção da questão da liberdade propriamente dita.

O que significa ter o conhecimento dos motivos das nossas ações? Muito pouca atenção tem sido dada a esta pergunta, porque, infelizmente, o homem, que é um todo indivisível sempre foi dilacerado por nós. O que age foi separado do que conhece, enquanto aquele que é mais importante, o homem que age porque sabe, foi completamente esquecido.

Diz-se que o homem é livre quando ele é governado apenas por sua razão, e não por suas paixões animais. Ou, ainda, que, ser livre significa ser capaz de dirigir a vida e agir por propósitos e decisões racionais.

Nada se ganha por afirmações deste tipo. Pois neste caso é apenas se a razão, propósitos e decisões exercer o mesmo tipo de compulsão sobre o homem que suas paixões animais. Se uma decisão racional ocorre em mim com a mesma necessidade com que a fome e a sede acontecem comigo, então eu devo necessariamente obedecê-la, e minha liberdade é uma ilusão.

Corre por aí outra forma de expressão: ser livre não significa que nós podemos querer o que queremos, mas que podemos fazer o que quisermos. Este pensamento foi

expresso com muita clareza pelo poeta - filósofo Robert Hamerling em seu "Atomística da Vontade":

"O homem pode, é certo, fazer o que ele quer. Mas ele não pode querer o que ele quer, porque a sua vontade é determinada por motivos! Ele não pode querer o que ele quer? Vamos considerar estas frases mais de perto. Elas têm algum sentido? Será que a liberdade da vontade, então, significa ser capaz de querer algo sem razão e sem motivo? Mas o que significa querer algo, senão ter uma razão ou motivo para fazer ou desejar isto ou aquilo em lugar de outra opção? Para querer algo sem razão ou motivo significaria querer algo sem querer. O conceito de motivação está indissolivelmente ligada com a da vontade. Sem o motivo determinante, a vontade é uma faculdade vazia, é o motivo que faz com que seja ativa e real. E, portanto, é certo dizer que a vontade humana não é 'livre', na medida em que sua direção é sempre determinada pelo motivo mais forte. Mas, por outro lado, deve-se admitir que é absurdo falar, em contraste com essa "falta de liberdade", de uma "liberdade" concebível da vontade, que consistiria em ser capaz de querer o que não queremos".

Aqui, os motivos são mencionados sem levar em conta a diferença entre os motivos inconscientes e conscientes. Se um motivo me afeta, e eu sou obrigado a agir sobre ele porque ele prova ser o "mais forte" entre os motivos, então a idéia de liberdade deixa de ter qualquer significado. Como deveria me importar se eu posso ou não fazer uma coisa, se eu sou forçado a agir pelo motivo mais forte? A questão principal é, não se eu posso fazer uma coisa ou não, quando impelidos pelo motivo mais forte, mas se existem apenas motivos que se impõem por força maior. Se eu tiver que querer alguma coisa, então eu posso muito bem ser absolutamente indiferente quanto a saber se eu posso fazê-lo. E se, através do meu caráter ou através das circunstâncias que prevalecem no meu ambiente, um motivo é forçado em mim e que na minha maneira de pensar não é sensato, então eu deveria mesmo é ficar feliz se eu não puder fazer o que eu quiser.

A questão não é se eu posso levar a cabo uma decisão, mas como eu venho a tomar a decisão.

O que distingue o homem de todos os outros seres orgânicos é o seu pensamento racional. A atividade é comum a ele com outros organismos. Nada se ganha, buscando analogias no mundo animal para esclarecer o conceito de liberdade aplicada às ações dos seres humanos. A ciência moderna adora essas analogias. Quando os cientistas conseguem encontrar entre os animais algo semelhante ao comportamento humano, eles acreditam que tocaram em questões muito importantes da ciência antropológica. A que tipo de erros isso conduz, temos como exemplo, o livro 'A ilusão da liberdade da vontade', por P. Ree de 1885, onde, na página 5, a seguinte observação sobre a liberdade aparece:

"É fácil de explicar por que determinar o movimento de uma pedra, enquanto o de um burro, não. As causas que definem a pedra em movimento é externo e visível, enquanto as causas que determinam o movimento do burro são internas e invisíveis. Entre nós e o lugar de sua atividade, há o tampão do crânio do burro... O nexo causal não é visível e, portanto, é pensado como inexistente. O burro, assim se afirma, movimenta-se em função de sua vontade; a sua vontade, porém, não seria condicionada, seria um começo absoluto."

Aqui, novamente as ações humanas em que há uma consciência dos motivos são simplesmente ignoradas, pois Ree declara:

"Entre nós e as causas de sua atividade, há o tampão do crânio do burro."

Ree, como se pode concluir dessas poucas palavras, não tem a idéia da existência de ações em que entre nós e a ação se encontra o motivo que se tornou consciente, o que obviamente não é o caso do burro, mas sim do homem. Ree demonstra sua cegueira, mais uma vez algumas páginas mais à frente, quando ele diz:

"Nós não percebemos as causas que movem a nossa vontade, por isso achamos que não é causalmente determinada em tudo, ou seja, que somos livres."

Mas chega de exemplos que provam que muitos argumentam contra a liberdade, sem saber, no mínimo, o que é liberdade.

Que uma ação da qual o agente não sabe por que executa, não pode ser livre. Mas o que dizer de uma ação cujos os motivos são conscientes? Isso nos leva à questão da origem e significado do pensamento. Quando chegarmos à compreensão da atividade pensante, é mais fácil ver claramente o papel que o pensamento desempenha na ação humana. Como Hegel diz com razão:

"Pensar transforma a alma, comum a nós e animais, em espírito."

Por isso, é o pensamento que dará à ação humana a sua marca particular.

Eu não quero dizer que todas as nossas ações surgem apenas das deliberações sóbrias da nossa razão. Estou muito longe de chamar somente de ações "humanas", no sentido mais elevado, apenas as que procedem de julgamentos intelectuais. Mas assim que a nossa conduta se eleva acima da esfera da satisfação dos desejos puramente animais, os nossos motivos são sempre moldados por pensamentos. O amor, piedade e patriotismo são motivos de ação que não podem ser analisados em meros conceitos frios e abstratos. Diz-se que aqui o coração, a alma, dominam. Isto é sem dúvida verdade. Mas o coração e a alma não criam motivo. Pressupõem-os. Piedade entra no meu coração, quando o pensamento de uma pessoa que desperta compaixão aparece em minha consciência. O caminho para o coração passa através da cabeça. O amor não é uma exceção. Quando não é apenas a expressão do instinto sexual, ele depende dos pensamentos que formamos da pessoa amada. E quanto mais idealizamos a pessoa amada em nossos pensamentos, mais profundo é o nosso amor. Aqui, também, o pensamento é o pai do sentimento. Diz-se que o amor nos torna cegos para as falhas do amado. Mas o ponto de vista oposto pode ser tomada, ou seja, que é precisamente para os pontos positivos que o amor abre os olhos. Muitas pessoas passam por esses pontos positivos, sem perceber. Uma delas, porém, os percebe, e o amor desperta em sua alma. O que mais ela fez exceto perceber o que centenas não conseguiram ver? O amor não é deles, porque lhes falta a percepção adequada.

De qualquer ponto que consideramos o assunto, torna-se cada vez mais claro que a questão da natureza da ação humana pressupõe a investigação da origem do pensamento. Vou, portanto, dedicar-me em seguida a esta questão.